DECLARAÇÃO POLÍTICA DO DEPUTADO ANÍBAL PIRES SOBRE A EXPLORAÇÃO LABORAL NOS AÇORES

14 de Julho de 2010

Exmo. Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados,

Exmo. Senhor Presidente do Governo Regional,

Senhoras e Senhores Membros do Governo,

Por diversas ocasiões temos subido a esta tribuna para indicar erros, para apontar distorções ou denunciar injustiças.

Mas poucas terão sido as vezes em que trazemos um caso que demonstra um tão elevado grau de displicente e absoluto desrespeito pelas mais básicas normas do direito português. Um caso, dirão. Mas é com certeza um caso paradigmático da forma como os trabalhadores são tratados nesta Região e da tranquila impunidade dos que, sob o disfarce da linguagem moderna da "flexibilidade", procuram fazer recuar as relações laborais para os tempos da escravatura e da servidão.

Referimo-nos, ao caso da empresa multinacional de prestação de serviços de apoio domiciliário a idosos "Home Instead – Senior Care". É que esta empresa, cavalgando a crista da onda da modernidade na gestão dos recursos humanos, já não tem quaisquer trabalhadores. Tem antes colaboradores. E em vez de com eles estabelecer contratos de trabalho, estabelece "acordos de prestação de serviços não laborais".

Passando ao lado criatividade jurídica do termo, é interessante tentar perceber o alcance do conceito e esclarecer, afinal, em que é consistem estes "serviços não laborais".

Exige-se ao prestador de serviços a recibo verde que execute as tarefas relacionadas com o apoio domiciliário dos idosos mas, uma vez que não tem horário de trabalho, se mantenha disponível a qualquer hora. Para além disso, e apesar de ser do ponto de vista formal, um trabalhador independente, o "colaborador" está impedido de prestar os seus serviços a qualquer outra entidade. A remuneração é apenas calculada na base horária ou à tarefa, sem quaisquer garantias sobre o salário a auferir mensalmente. Para finalizar, a amarga ironia, da empresa considera "uma benesse dada aos colaboradores" o pagamento

do seguro de acidentes de trabalho, a que está legalmente obrigada. Resta dizer que este regime, não sei se lhe chame de servidão, não é aplicado a um ou dois dos trabalhadores da empresa, mas sim a todos os auxiliares de apoio domiciliário que, supostamente, nem trabalham para a empresa, porque não existe contrato de trabalho. Estamos, de facto, perante uma nova fronteira em termos de exploração e precariedade.

Exmo. Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados,
Exmo. Senhor Presidente do Governo Regional,
Senhoras e Senhores Membros do Governo,

Este será – é certamente – um caso para ser dirimido pelos tribunais competentes, que esperemos que o façam rapidamente. No entanto, é para nós inexplicável como é que é possível que esta empresa opere desta forma, há algum tempo, em diversas localidades da nossa Região, sem que tenha havido qualquer actuação, de natureza inspectiva ou outra, por parte dos serviços da Administração regional que superintendem nestas matérias. Onde anda a Inspecção Regional do Trabalho? Como é possível registarem-se contratos de trabalho com este nível de tranquila e impune ilegalidade?

Mas a questão é muito mais grave e assume uma maior dimensão política quando se sabe que esta empresa é apoiada pelo próprio Governo Regional, que lhe financia a 100% os utentes indicados pelo Instituto de Acção Social e a 75% os clientes privados que a própria entidade conseguir captar. A verdade os apoios e incentivos dados às empresas privadas, em vez de servirem para construir uma Região mais desenvolvida e justa, servem apenas para financiar a exploração. A verdade é que somos nós todos, contribuintes, que custeamos esta ilegalidade!

À luz desta situação, mas também, pelas sustentadas dúvidas que se levantam sobre a qualidade de um serviço que é prestado nestas condições, pensamos que o acordo firmado com a “Home Instead” deve ser rapidamente reavaliado.

Mas o facto é que este tipo de actuações repetem-se pela Região e a “home Instead” não é caso único. Também a Asta Atlântida, igualmente apoiada pelo Governo Regional, continua com sucessivas violações das suas obrigações para com os trabalhadores, que

ainda não receberam o vencimento relativo ao mês de Junho, e, soubemos ontem, que decidiu agora suspender-lhes os contratos de trabalho. Perante isto, perguntamos: o que é que o Governo está à espera para exigir da empresa ou o cumprimento das suas obrigações sociais ou a devolução de todos os apoios recebidos?

Propusemos neste Parlamento, no âmbito do Sistema de Incentivos ao Desenvolvimento Regional (SIDER) que as empresas apoiadas por fundos regionais fossem obrigadas a um compromisso de responsabilidade social. Era disto que falávamos. Era este tipo de situações que pretendíamos impedir. No Portugal Democrático, um Estado de Direito que se orgulha de ser, os trabalhadores não podem ser tratados desta forma! E menos ainda com apoios do próprio Estado!

Exmo. Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados,
Exmo. Senhor Presidente do Governo Regional,
Senhoras e Senhores Membros do Governo,

Ao invés do que disse a Senhora Secretária Regional do Trabalho e da Solidariedade, na assinatura do acordo com a “Home Instead”, não achamos que este seja “o início de um processo que pode originar excelentes resultados”. Pelo contrário, achamos que este é o rosto e resultado necessário do processo de privatização da prestação de cuidados domiciliários em que este Governo parece querer apostar.

Aliás, neste contexto, levantam-se também muitas interrogações sobre os objectivos da recentemente anunciada reorganização da Segurança Social nos Açores.

Preocupa-nos de sobremaneira, que o Governo Regional pareça pretender de alguma forma menorizar a colaboração existente com as Instituições Particulares de Solidariedade Social. Uma colaboração antiga e com provas dadas, uma colaboração com instituições respeitáveis e cumpridoras, uma colaboração que se destina a apoiar os esforços de quem está no terreno com objectivos altruístas de serviço ao próximo e não de obtenção de lucro a qualquer preço. Uma colaboração de que depende não só inúmeros postos de trabalho – verdadeiros postos de trabalho – bem como a sobrevivência das próprias instituições.

E esta questão tem de ser esclarecida: pretende o Governo reorientar a política que tem sido seguida em termos da prestação de apoio social e domiciliário? É este o novo rumo que pretendem trilhar? A privatização a eito destes serviços?

Por todas as razões, esse será um rumo que contará com a oposição do PCP.

Disse.

O Deputado Regional do PCP

Aníbal Pires